

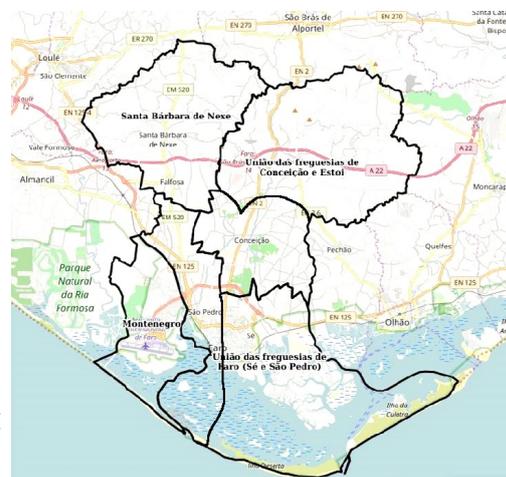
Assembleias de Freguesia aprovam Moção CDU

Insuficiente, a transferência de verbas para as freguesias

Nas últimas reuniões de dezembro das Assembleias de Freguesia de Faro, o PCP, integrando as bancadas da Coligação Democrática Unitária, manifestou à Câmara Municipal a sua insatisfação e preocupação pela insuficiência de verbas que o orçamento municipal para 2018 se propõe atribuir nas transferências para as freguesias e viu aprovada, quase sempre por unanimidade, uma moção publicitando a insatisfação e preocupação das respectivas assembleias.

O montante de 181.000 € a distribuir por quatro freguesias corresponde a, apenas, 0,5% de um orçamento de 37 milhões e duzentos mil euros e, fica ainda abaixo dos 191.000 € atribuídos, inicialmente, em 2017. Comprometida a resolução de muitos problemas dos fregueses, o município não reconheceu que podia e devia atribuir mais recursos, competências e poder de decisão a quem está mais próximo dos cidadãos

Foi inevitável a comparação com os montantes atribuídos à empresa Ambifaro – 700.000 € - e ao Teatro Municipal – 470.000 €.



A ENTREVISTA: Sérgio Martins

Presidente da JF de St.ª Bárbara de Nexe

E as prioridades, são ditadas pela JF ou pela Câmara?

SM: São traçadas pela JF, dependendo do orçamento, à luz do Protocolo de Descentralização de Competências, com o valor actual de 100.000 €. Estivemos sempre na linha da frente desta reivindicação junto da Câmara e, por propostas, na AM. A CMF está agora a pavimentar estradas na freguesia, mas nós contribuimos para definir prioridades.

Há prédios devolutos ou habitação social em SBNexe?

SM: Alguns prédios estão devolutos, mas já

Reivindicámos o Protocolo de Descentralização de Competências, com o valor actual de 100.000 €, junto da Câmara e, por propostas, na Assembleia Municipal

em reabilitação. A CMF não tem feito habitação social, há muitos anos, como lhe competiria. Mas gostaríamos de usufruir de um Programa específico que apoiasse a reabilitação de habitação própria degradada, e pequenos núcleos dispersos, de habitação social e de custos controlados. Não retirar a pessoa daqui, para a colocar num 'bairro social'.

Que Associações existem em SBNexe?

SM: Temos associações culturais, recreativas e desportivas, como a Sociedade Recreativa Bordeirense, a Associação Nexense, o Clube Recreativo dos Gorjões e a Associação BarroNexe. As duas primeiras patrocinam secções de pesca, kickboxing, o rancho folclórico, as marchas populares da Bordeira, teatro de revista, e as charolas (só este ano temos 8 grupos).

Há indícios de 'municipalização' na freguesia?

SM: A CMF apoia, por exemplo, a escola básica e o jardim de infância mas, até agora, não contrata os professores, ou técnicos de saúde.

E a regionalização. Que vantagens traria para a freguesia?

SM: Teríamos grande vantagem para a freguesia, para a região do Algarve, e para o país. Portugal está no 3º lugar dos países mais centralizados da União Europeia.

A Região Administrativa do Algarve daria às freguesias uma outra atenção, permitiria um maior acesso aos fundos europeus, e o desenvolvimento de pequenas obras de proximidade. Temos a CCDR, que responde indirectamente a um colégio eleitoral, mas seria preferível a eleição directa dos órgãos, de modo a potenciar a dinâmica dos organismos mais periféricos.

A População de SBNexe elege há 7 mandatos, há 24 anos, uma governação comunista na freguesia. Porque razões?

SM: Trabalhamos afincadamente, com honestidade e competência, dando resposta aos problemas das pessoas, sem olhar a classes sociais. Outra das razões é o apoio dado às Associações e à Cultura local.

Qual é a composição dos eleitos na AF de SBNexe?

SM: São 5 elementos da CDU, 2 do PS e 2 do PSD. No meu caso, como presidente da Junta, faço parte por inerência da AM.

Quais as obras recentes ou em curso, a cargo da freguesia?

SM: Temos obras de pavimentação e alargamento de caminhos na Bordeira, Charneca e, em preparação, nos Agostos e Gorjões.

O PCP e a Lei de Financiamento dos Partidos

Políticos e das Campanhas Eleitorais (2003, 24 abr.)

O PCP é um Partido com identidade própria, não é nem será um departamento do Estado ou uma sucursal política dos grupos económicos e financeiros. Para o PCP, o financiamento dos partidos deve, no essencial, decorrer da sua própria iniciativa de acção dos seus militantes e apoiantes e não, do financiamento do Estado, devendo continuar proibido o financiamento por empresas ou grupos económicos e financeiros.

O PCP condena, não a prestação de contas e o seu rigor, antes a invocação de regras para a ingerência, devassa e condicionamento da actividade e da liberdade de organização política.

Face à campanha de mentira, manipulação, má-fé e ao veto do Presidente da República sobre as alterações à Lei do Financiamento dos Partidos, discutidas e votadas recentemente no Plenário da Assembleia da República perante todos os Órgãos de Comunicação Social, José



Capucho, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, veio aduzir algumas considerações:

A lei do Financiamento PPCE de 2003 teve e tem a firme oposição do PCP, por absurda, antidemocrática e inconstitucional. Tem por principal objectivo limitar a

PCP propõe cortes até 75% no financiamento eleitoral

autonomia de financiamento dos partidos face ao Estado e às entidades públicas,

dificultando a recolha de fundos por iniciativa

própria dos membros e apoiantes do Partido, apoiando o financiamento público dos partidos através de elevados montantes, que o PCP já propôs reduzir.

Reconhecida a inconstitucionalidade da lei, o Tribunal Constitucional apontou para correções que ficaram plasmadas nas alterações introduzidas em 21 dez.

2017 na AR. Também estas não são as soluções do PCP, nomeadamente no que se refere às competências próprias atribuídas à Entidade das Contas.

Estas alterações, contudo, não aumentam os encargos públicos para com os partidos, favorecem a iniciativa própria na recolha de fundos, tornando os partidos menos

dependentes dos fundos públicos e, não alteram as questões do IVA nas grandes iniciativas partidárias. O

pagamento do IVA mantém-se para tudo o que não tem a ver com a actividade política.



Melhoria de acesso e preservação das Ruínas Romanas de Milreu

No âmbito da actividade parlamentar a nível regional, uma delegação do PCP integrando o deputado *Paulo Sá*, visitou em 2 janeiro 2018 a *Villa Romana de Milreu* (Estoi), acompanhada por representantes da Direcção Regional de Cultura do Algarve (DRCA).

Paulo Sá constatou que as ruínas, classificadas como Monumento Nacional desde 1910, se defrontam com obstáculos na realização de novas escavações, na conservação e reabilitação do próprio monumento e com a carência de vários técnicos e funcionários.

O PCP, através do seu deputado, solicitou ao Governo que, por intermédio do ministério da Cultura, preste esclarecimentos sobre algumas questões:

- Reconhece o Governo que as pequenas intervenções de conservação, realizadas

na reabilitação de 2003, foram insuficientes para impedir a degradação de alguns elementos, em particular, os mosaicos?

- Que recursos humanos e financeiros serão disponibilizados para intervenções adicionais?

- Que medidas tomará o Governo, para completar as escavações dentro do perímetro das ruínas? Quando tenciona concluir as negociações para aquisição de um terreno particular contíguo, onde existem vestígios da antiga *villa romana*, e aí iniciar mais pesquisas?

- Quando tenciona o Governo garantir a tradução para português de uma tese de doutoramento publicada em 2008 pelo arqueólogo alemão *Felix Teichner*, como base para a preservação das ruínas romanas de Milreu?

- Quando vai o Governo dotar a DRCA de recursos financeiros e humanos que permitam:

- Satisfazer os pedidos de visitas de escolas, muitas

vezes recusados

- Acompanhar os visitantes
- Colocar mais assistentes técnicos de modo a preservar as próprias ruínas
- Desenvolver actividades de dinamização e valorização do monumento
- Modernizar a exposição patente no centro de interpretação
- Repor a sinalética das visitas e os materiais de divulgação
- Criar condições adequadas para visitantes com mobilidade reduzida
- Dispor, a DRCA, de técnicos conservadores-restauradores, em vez de contratar tarefas a empresas privadas?

